

poder

Marinha adia decisão de licitação de R\$ 6 bi

TCU questiona capitalização para compra de navios; Força diz que só espera dados de concorrentes para ir em frente

Igor Gielow

SÃO PAULO Sob pressões, a Marinha adiou a escolha dos finalistas de uma concorrência para fornecer quatro novos navios de combate ao Brasil. O processo é tocado de forma expressa, gerando críticas de concorrentes e questionamento de transparência por parte do TCU (Tribunal de Contas da União).

O negócio é visto como central para manter a Marinha operacional na próxima década. Prevê gastar, em oito anos, US\$ 1,6 bilhão (R\$ 6,2 bilhões se fossem desembolsados hoje) para adquirir quatro corvetas — a primeira seria entregue quatro anos após o contrato ser fechado.

A frota atual desse tipo de navio é de três unidades. Com outras oito fragatas, de maior porte, formam o coração da força naval de superfície do país. A expectativa de analistas é de que esse já frágil poderio caia até a metade, se não for restabelecido, até 2028.

Isso levou os almirantes a pressionar o governo Michel Temer a autorizar a compra. Sem caixa, o governo apelou a uma criatividade que é alvo de consulta feita pela Secretaria de Controle Externo de Defesa Nacional do TCU.

Utilizou recursos de royalties do pré-sal para capitalizar a Emgepron, empresa de gestão de projetos navais criada pela Marinha em 1982. Capitalizações de estatais estão fora do limite do teto de gastos imposto pelo governo, facilitando a operação.

Marinha quer comprar quatro novos navios por US\$ 1,6 bilhão em oito anos

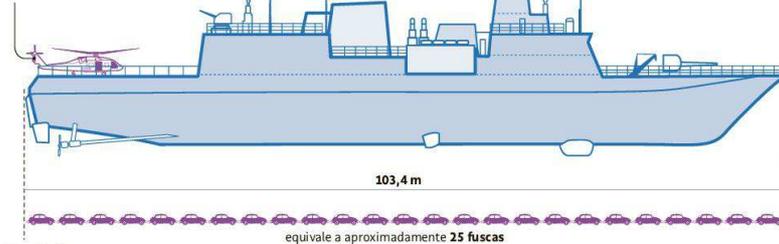
A corveta Tamandaré



Tripulação: 136 militares

Aeronave

1 helicóptero Super Lynx ou Seahawk



Fonte: Marinha

Ao mesmo tempo, preparou um RFP (sigla inglesa para pedido de proposta) em dezembro de 2017 para a construção da corveta da classe Tamandaré. Ela é uma reletura mais avançada da atual corveta Barroso, que tem um navio em operação, e seu projeto final teve participação da empresa italiana Vard.

Aqui começavam os problemas. A Vard pertence ao estaleiro italiano Fincantieri, concorrente que o mercado sabia que iria se apresentar.

"Foi uma pequena parcela [a participação]. Mas isso poderia causar problemas mesmo,

alteramos o RFP para aceitar embarcações com projeto próprio, assim não há como acusar direcionamento", diz o responsável pelo processo, almirante Petronio Augusto Siqueira do Aguiar.

Nos bastidores, os grandes estaleiros europeus com projetos prontos ou rapidamente viabilizáveis pressionaram pela mudança, em especial os alemães da ThyssenKrupp, que associaram-se à Embraer num consórcio considerado bastante competitivo.

Mesmo com a alteração, causou estranhamento a dois concorrentes ouvidos pela Fo-

lha a presença de documentação técnica italiana com parâmetros exigidos do navio. Isso foi relatado à reportagem, mas Aguiar nega ter ocorrido. "Garanto que não tem", diz.

Ele afirma que o adiamento foi necessário porque os nove consórcios que apresentaram ofertas estão devendo informações. "São dados que nos faltam, apenas isso", afirmou.

Diz acreditar que a nova data para a seleção, 30 de outubro, será cumprida, e que o modelo estará finalmente escolhido até o fim do ano.

Segundo concorrentes, que não querem se identificar, o

editais é draconiano, e gerou uma barafunda de ofertas incomparáveis pela falta de tempo de apresentá-las.

Na segunda (13), a Marinha conversou com interessados e foram estabelecidos parâmetros de unificação de dados.

O edital exige participação de estaleiros locais, além de obediência a critérios de conteúdo nacional do BNDES. Os consórcios são de países com tradição naval, como Itália, França, Alemanha, Reino Unido e Holanda, com Turquia e Ucrânia correndo por fora.

A surpresa ficou por conta da Índia, com dois competi-

dores, um deles levado mais a sério. O Goa Shipyard foi o único que, como a Fincantieri, adotou o projeto original da Marinha. E uniu-se ao tradicional estaleiro Inace, do Ceará, que já produz navios de patrulha para o Brasil.

A questão da capitalização da Emgepron, que já atingiu R\$ 2 bilhões dos R\$ 4 bilhões previstos, ainda está em aberto. "Ela será a compradora dos navios, mas a rapidez e o volume da capitalização nos levaram a questionar a Marinha", afirma o secretário de Defesa do TCU, Egbert Buarque.

Não há manifestação formal do tribunal, contudo, e o Controle Interno da Marinha foi acionado para dar explicações. O adiamento, portanto, não pode em tese ser atribuído a esse questionamento.

Por fim, há o imponderável político. A nova data para a seleção dos finalistas é dois dias depois do segundo turno, quando já se saberá quem assumirá o Planalto. Como o caso dos caças nas transições FHC-Lula e Lula-Dilma prova, dificilmente governantes tomam esse tipo de decisão no momento em que precisam demonstrar austeridade.

Esse é o maior temor não verbalizado da Marinha. "Na minha diretoria, a questão é técnica, não fazemos avaliação política", diz Aguiar.

Por outro lado, a Força já toca um programa enorme, o dos submarinos, o que pode ser usado como contra-argumento político — mas não técnico, por serem armas incomparáveis em suas funções.



Garimpo de Mutum no rio Uraricoera Leão Serva/Folhapress

Mapa da operação do exército



- 1 Ações repressivas no Garimpo do Brabinho
- 2 Bloqueio fluvial na aldeia Waikás
- 3 Pacaraima: apoio a Sec. da Fazenda em combate a contrabando
- 4 Jacarezinho
- 5 São João
- 6 Bloqueio no rio Tacutu e Mauê
- 7 Bonfim: apoio a Sec. da Fazenda em combate a contrabando
- 8 Patrulha bases de abastecimento e o garimpo ("Furo do Arame" e Fazenda Pacu)
- 9 Repressão a logística do garimpo em estradas vicinais (prox. BR-210)
- 10 Bloqueio fluvial da R. aldeia Baixo Mucajai
- 11 Ação pontual na Base da FUNAI na Serra da Estrutura
- 12 Ações repressivas no Garimpo do Couto Magalhães

Outras ações

Ações sociais em 13 (treze) comunidades indígenas (apoio médico/odontológico)

Fiscalização de produtos controlados em Boa Vista, Mucajai, Caracará e Rorainópolis

às margens do rio Uraricoera; o outro ponto é junto à localidade chamada Baixo Mucajai, onde há uma comunidade de Yanomamis. Nesses locais, o exército vai utilizar parcialmente infraestrutura existente, postos da Funai e da Secretaria de Saúde Indígena, e equipamentos que estão sendo levados desde ontem.

A Folha esteve na comunidade de Waikás no mês passado e testemunhou a presença ostensiva dos garimpeiros, inclusive monitorando com homens armados o movimento na pista de pouso usada pelos órgãos públicos na comunidade.

O rio Uraricoera é onde o escritor Mário de Andrade localizou o nascimento de sua personagem Macunaima. Se nascesse hoje, o herói do romance teria no corpo traços de mercúrio além dos níveis considerados aceitáveis pela OMS (Organização Mundial de Saúde), como acontece com os moradores de Waikás, pelo uso intensivo do metal pesado pelos garimpeiros.

Uma terceira base vai começar a ser implantada a partir de hoje, em um local chamado Serra da Estrutura. A área é de selva densa e habitada por um grupo de Yanomamis isolados. Nos últimos anos passou a atrair garimpeiros a poucos quilômetros da maloca dos isolados. Uma base da Funai nas proximidades foi desmobilizada por falta de recursos em 2013, a floresta se regenerou.

Em 25 de julho, a Folha noticiou que um conflito entre índios isolados e garimpeiros teria deixado dois Yanomamis e um garimpeiro mortos. O comando da operação militar decidiu eliminar o foco de garimpo e preparar o centro de vigilância na área, para garantir o isolamento dos índios.

A operação contempla também ações pontuais em duas outras áreas de Roraima: no sudeste do estado, contra exploração ilegal de madeira; e em Pacaraima, no norte, principal ponto de entrada de refugiados venezuelanos, para combater contrabandistas.

Exército implanta bases para asfixiar garimpo em Roraima

Leão Serva

BOA VISTA O Exército iniciou, na segunda-feira (13), uma operação de combate ao garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Com 15h, helicópteros levantaram voo do capital do estado, levando dois soldados para dois núcleos de garimpeiros. Mais

dois, de manhã, barcos foram posicionados nos dois rios para impedir que embarcações possam subir para áreas de garimpo ou descer em direção à capital.

Os dois grandes focos de garimpo ficam no rio Uraricoera e são chamados de Mutum (com cerca de mil trabalhadores ilegais e aproximadamente

40 mil m² de devastação já consolidada) e Brabinho da Iolanda (em uma área afastada do rio, o que permitiu que se alastrasse sem ser detectada em operações anteriores que usavam embarcações).

As bases nos dois rios serão fixas, localizadas em locais onde os dois rios têm uma calha só (na região há vários arqui-

pélagos que criam vários canais, com rotas de fuga). Com isso, poderão vigiar e controlar o trânsito de barcos e monitorar a presença de aeronaves, impedindo o abastecimento da atividade ilegal nos dois principais eixos.

Um desses bloqueios é a comunidade indígena de Waikás, de índios da etnia Ye'kwana,

onde há uma comunidade de Yanomamis isolados. Nos últimos anos passou a atrair garimpeiros a poucos quilômetros da maloca dos isolados. Uma base da Funai nas proximidades foi desmobilizada por falta de recursos em 2013, a floresta se regenerou.

Em 25 de julho, a Folha noticiou que um conflito entre índios isolados e garimpeiros teria deixado dois Yanomamis e um garimpeiro mortos. O comando da operação militar decidiu eliminar o foco de garimpo e preparar o centro de vigilância na área, para garantir o isolamento dos índios.